

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar, onde será avaliada a viabilidade de contratação de empresa especializada para mão de obra de **construção – instalação de cerca definitiva**, tipo de madeira e arame liso, noanel viário que liga as Rodovias MS 395 e MS 276, para atender às necessidades do Município de Anaurilândia - MS, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1.50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.	metro	10200

**** A empresa contratada** deverá seguir todos os parâmetros e leis relacionadas à NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, sendo de responsabilidade do empregador quanto à aquisição, fornecimento, orientação e treinamento para o uso de Equipamento do EPI procurando atender as peculiaridades de cada profissional na prestação de serviço contratado.

1.1.2 Os empregados e todos os prestadores de serviços deverão estar com os equipamentos de segurança Individual (EPI), conforme leis vigentes, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada todas as condições necessárias de trabalho para a execução da mão de obra de construção de cerca.

1.2. Natureza do Objeto

1.2.1. Os serviços objeto do presente estudo são caracterizados como comuns, para os fins, do disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

II – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. Com a reativação da usina de açúcar e álcool no Município de Anaurilândia–MS, o plantio de cana de açúcar aumentou consideravelmente em propriedades por todo território do município. Tendo em vista que os caminhões que transportam a cana de açúcar são de grande porte, e ao passarem por dentro da cidade, vão gerar transtornos para a população, com barulho, poeira, como também riscos de acidentes e danos as vias públicas do perímetro urbano, que não foram projetadas para suportar trânsito pesado. Sendo assim surgiu a necessidade de implantação de um anel viário a norte da cidade, ligando a rodovia MS 276 a rodovia MS 395. Diante disso veio à necessidade de contratação de mão obra para construção de uma cerca para formar o corredor e dividir o limite entre a via pública e as propriedades particulares.

III - CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Não há.

IV – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Não há previsão da presente demanda em Plano Anual de Contratações, uma vez que o Município de Anaurilândia - MS somente elaborará PCA para as aquisições e contratação a partir do ano de 2024.

4.2. Os Estudos Preliminares estão alinhados ao PPA – Plano Plurianual.

V – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Normativos disciplinadores:

- Lei Federal n.º 14.133/2021;
- Decreto Municipal n.º 1831/2023 – Dispensa de licitação;

- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Lei Federal n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Resolução TCE/MS n.º 88/2018 – Manual de Peças obrigatórias;
- Demais legislações correlatas.

5.2. Prazo e forma de entrega:

5.2.1. A entrega será feita no prazo Máximo de **90 (noventa) dias** após o recebimento da ordem de fornecimento, ou conforme cronograma de fornecimento definido entre a Administração e o Contratado, após a emissão da ordem de compra, nos locais designados pela Prefeitura Municipal de Anaurilândia – MS.

5.2.2. Os objetos deverão ser entregues, rigorosamente dentro das especificações contidas no Edital, Termo de Referência e Contrato Administrativo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

5.2.3. A licitante contratada obriga-se a fornecer os objetos do presente Edital de acordo com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição e fornecimento de novos itens se necessários ao pleno atendimento e execução do objeto contratado

5.2.4. O gerenciamento, administração e subordinação do fornecimento decorrentes da presente licitação serão da Secretaria demandante do Município de Anaurilândia – MS.

5.2.5. Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

5.2.6. A Prefeitura Municipal de Anaurilândia - MS poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

5.2.7. O descumprimento em qualquer das condições do fornecimento do objeto sujeitará o licitante a aplicação das sanções administrativas previstas neste edital.

5.3. Local e condições de entrega:

5.3.1. Os serviços deverão ser entregues no anel viário que liga as rodovias MS 395 a MS 376, conforme mapa anexo ao processo. Não haverá pagamentos adicionais para entrega do objeto licitado, sendo o valor total para aquisição previsto na proposta de preços ofertada.

5.3.2. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional à contratante, conforme a necessidade da demanda.

5.3.3. Os Serviços objeto deste Termo serão conferidos conforme as especificações, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviço e Nota de Empenho.

5.3.4. O responsável pelo recebimento e conferência dos serviços executados será a Fiscal de Contrato, que será acompanhado pelo setor de engenharia do município.

5.3.5. Em suma, todos os serviços deverão estar em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, como também, caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento de todos equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e veículos necessários para a execução, conclusão e entrega dos serviços determinados neste documento.

5.3.6. Será de responsabilidade da Contratada, fornecer e exigir o uso de equipamento de proteção individual – EPIs aos seus colaboradores.

5.3.7. Salienta-se que nos locais de execução dos serviços de instalação de cerca não há ponto de energia elétrica, ficando a cargo da CONTRATADA a utilização de gerador ou de equipamentos (furadeira a bateria, motosserra a gasolina etc.) que não utilizem esta fonte de energia para a execução dos trabalhos de construção da cerca.

5.4 Prazo e Condições de Garantia

5.4.1 Serão aplicadas as disposições do CDC.

5.5. Condições e prazos de pagamento: (art. 141 e seguintes da NLLC)

5.5.1. O pagamento, decorrente da prestação dos serviços será efetuado, **de acordo com as medições** realizadas pela equipe do Departamento de Engenharia da Prefeitura

Municipal de Anaurilândia – MS, mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente à execução do serviço, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

5.5.1.1. Os Serviços objeto deste Termo serão conferidos conforme as especificações, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviço e Nota de Empenho.

5.5.1.2. O documento de cobrança da CONTRATADA será a fiscal/fatura, na qual obrigatoriamente deverá constar as informações referentes ao número da conta corrente, agência e banco para depósito.

5.5.2. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5.3. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.5.4. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

5.5.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.5.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

5.5.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.8. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado,

para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

5.5.9. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

5.5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

5.5.12. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.5.13. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

5.5.14. Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

5.6. Duração do contrato: (art. 105 da NLLC)

5.6.1. A referida contratação terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por iguais e sucessivos períodos nos termos do art. 107 da lei Federal nº 14.133/2021.

5.6.1.1 A presente contratação trata-se de serviços contínuos, conforme definição do art. 6º, XV da NLLC.

5.6.2. Cronograma Físico-Financeiro.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO													
ITEM	SERVIÇOS	TEMPO EM MESES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1.50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.	X	X	X									

5.7. Habilitação

5.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.7.2. Para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- I. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;
- II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. ° 77, de 18 de março de 2020.

VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

5.7.2.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

5.7.2.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

5.7.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.7.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.7.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.7.4. O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

5.7.4.1. Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.7.4.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

5.8. Micro e pequenas empresas (art. 4 NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)

5.8.1. A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

5.8.2. Após a realização de pesquisa de preços, foi contatado que a presente contratação possui valor estimado abaixo do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação dos serviços objeto do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.**

5.8.3. Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, não será aplicado o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.8.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento

em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

5.8.5.1. A não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.9. DA SUSTENTABILIDADE

5.9.1. Para o fornecimento dos serviços, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar no que couber minimizar o impacto ambiental da obra, reduzindo o consumo de água e energia, evitando a geração de resíduos e realizar a destinação correta dos mesmos. Deverá também ter um bom planejamento da obra, otimizando o uso de materiais e mão de obra, reduzindo o desperdício e os impactos ambientais. Dessa forma, ter redução do impacto ambiental, com menor consumo de recursos naturais, como também menor geração de resíduos e emissão de gases de efeito estufa, otimizando o uso de materiais e mão de obra, reduzindo custos.

5.9.2. Ao implementar medidas de sustentabilidade na construção de cercas, é possível minimizar os impactos negativos da atividade no meio ambiente e na sociedade, além de gerar diversos benefícios para a empresa e a comunidade.

5.10. CONSÓRCIO

5.10.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

5.11. SUBCONTRATAÇÃO

5.11.1. Não será admitida a subcontratação para entrega do objeto contratual.

VI – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. . Para definição dos quantitativos descritos no objeto da presente contratação, levou-se em consideração toda extensão do anel viário. Com necessidade de construção de cerca nas propriedades adjacentes, sendo que um lado do anel viário necessita de construção de cerca em toda sua extensão e o lado oposto, necessita construção de cerca ou reparos na cerca existente, somente em algumas propriedades.

VII – LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

7.2. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, a EQUIPE DE PLANEJAMENTO realizou o levantamento de mercado e identificou características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II – A contratação através de processo licitatório é uma alternativa viável e conhecida entre as empresas do ramo;

III – Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

7.2. Ainda assim, entendemos que as soluções possíveis para atender ao objeto são as seguintes:

Solução 1: Execução dos serviços objeto do presente estudo através com mão de obra de servidores do Município. **Análise:** Inviável, uma vez que o Município não possui em seu quadro de pessoal, profissionais capacitados para a execução dos serviços objeto do presente estudo.

Solução 2: Contratação de empresa especializada detentora de equipe técnica que possua em seu quadro profissionais para a execução dos serviços objeto do presente estudo.

Análise: Após levantamento de mercado, esta é a melhor solução para atender a demanda da Administração, especialmente por seu baixo custo para a Administração.

VIII – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para fins de definição do valor estimado, inicialmente foi realizada pesquisa no **portal de transparência de outros órgãos da Administração**, contudo, não foi identificado nenhum processo licitatório com os mesmos objetos e mesmos quantitativos pretendidos por esta Administração.

8.2. Na seqüência foi realizada pesquisa no **Sistema Banco de Preços**, e também não foi encontrado um contrato com objeto compatível com o pretendido por esta Administração, tendo variações nos quantitativos e itens, assim impossibilitando usar os valores como referência.

8.3. Foi realizada pesquisa de Preço de Mercado com fornecedores locais e regionais dos itens do objeto do presente estudo, onde obtivemos o valor estimado da presente contratação.

1) Nome da Empresa: Michel Lincon Medeiros			
CNPJ: 33.268.621/0001-00			
Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1.50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.	10200	R\$ 4,30	R\$ 43.860,00
		Total	R\$ 43.860,00

2) Nome da Empresa: Bazi Arquitetura e Engenharia Ltda			
CNPJ: 32.533.942/0001-21			
Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1.50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.	10200	R\$ 3,33	R\$ 33.966,00
		Total	R\$ 33.966,00

3) Nome da Empresa: José Dantas de Oliveira			
CNPJ: 53.855.313/0001-98			
Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1,50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.	10200	R\$ 3,00	R\$ 30.600,00
		Total	R\$ 30.600,00

8.3.1. JUSTIFICATIVA PESQUISA COM FORNECEDORES: Foi realizada pesquisa de preços com fornecedores locais e regionais, com o objetivo de identificar os preços praticados na região, para poder realizar uma pesquisa justa, sendo assim, uma pesquisa bem elaborada pode evitar que os itens fiquem sem propostas, tendo a necessidade de um novo processo licitatório para aquisição dos mesmos, gerando custos extras e atrasos nas entregas.

8.3.2. Análise Crítica da Pesquisa

Para definição do valor estimado da presente contratação, tendo em vista a similaridade dos preços propostos pelos prestadores e serviços e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração utilizaremos como referência o preço médio entre as propostas apresentadas pelos fornecedores ou o preço médio entre todos os valores identificados na pesquisa.

8.4. O Valor total estimado é de **R\$ 36.142,00 (trinta e seis mil e cento e quarenta e dois reais)**.

Descrição do Item	Qtde	Média do Valor Unitário	Subtotal
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1,50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM	10200	R\$ 3,54	R\$ 36.142,00

ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.			
		Total	R\$ 36.142,00

IX - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Analisando as alternativas disponíveis que atendam às necessidades da Administração Municipal, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para construção de cerca de arame liso com palanques de madeira, para formar o corredor no anel viário, como também dividir o limite entre a via pública e as propriedades particulares, desta forma atender as necessidades do Município de Anaurilândia – MS.

X – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1. O objeto da contratação será composto por 01 item, de preço total orçado pela administração, para fins de classificação, **será considerado o menor preço.**

10.2. Uma vez que as propostas apresentadas pelas empresas descrevem os serviços por completo, sendo assim não ser, economicamente viável o tal parcelamento.

XI - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Pretende-se contratar os itens descritos no Edital ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades do Município de Anaurilândia-MS, de forma eficaz e eficiente.

11.2. A Administração almeja com esta contratação, a construção de uma cerca de madeira e arame liso no anel viário formando um corredor para dividir o limite entre a via pública e propriedades particulares, ajudando a proteger as propriedades adjacentes ao anel viário contra danos causados por veículos ou animais.

XII – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. Não há.

XIII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1. Aquisição de materiais para construção de cerca de madeira e arame liso.

XIV – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. Com a implementação dos processos eletrônicos e outras medidas de diminuição do consumo dos itens de papelaria em geral, espera-se que o impacto ambiental seja diminuído ao longo desta contratação.

14.2. A instalação-construção de cercas de madeira e arame liso pode gerar Impactos ambientais no solo com a abertura de valas para os mourões, devendo compactar o solo para reduzir infiltração de água e aumentar o escoamento superficial, utilizar técnicas de instalação que minimizem o impacto no solo, como a compactação manual e a revegetação das áreas afetadas, evitando assim a formação de erosão no solo. O processo de construção de cercas também gera resíduos de madeira e arame que devem ser descartados de forma adequada para evitar a poluição do meio ambiente, devendo separar os resíduos para reutilização, reciclagem ou compostagem, e evitar o descarte em aterros sanitários ou queima a céu aberto.

14.3. Ao contratar uma empresa para construir uma cerca de madeira e arame liso, é importante escolher uma empresa comprometida com a sustentabilidade ambiental, a empresa deve adotar medidas para minimizar os impactos ambientais da obra, devendo haver supervisão a execução da obra para garantir que as medidas sejam cumpridas.

XV – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. A contratação será realizada através de **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com disputa por **menor preço proposto**, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021,

com aplicação de tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

XVI - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO

16.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

XVII – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1. Os estudos preliminares evidenciam que a aquisição pretendida, com vistas ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária, para atender as necessidades do Município de Anaurilândia - MS.

Anaurilândia - MS, 10 de maio de 2024.

Elaborado por:

GILMAR MOREIRA DOS SANTOS

Assessor de Gestão em Compras

Aprovado por:

PAULO GONÇALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Obras, Defesa Civil, Transportes e Projetos

TERMO DE REFERÊNCIA

I – OBJETO

1.1. O objeto do presente termo consiste na contratação de empresa especializada para mão de obra de **construção – instalação de cerca definitiva**, tipo de madeira e arame liso, no anel viário que liga as Rodovias MS 395 e MS 276, para atender às necessidades do Município de Anaurilândia - MS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA COM 1.50 METROS DE ALTURA, COMPOSTA POR MOURÃO-ESTICADOR DE 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 18/20 CM DE DIAMETRO, COM ESPAÇAMENTO DE 300 MTS UM DO OUTRO, MOURÃO DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO X 10/14 CM DE DIAMETRO COM ESPAÇAMENTO DE 04 MTS UM DO OUTRO, COM 05 FIOS DE ARAME LISO ESPAÇAMENTO DE 05 CM DA CABEÇA E OS DEMAIS COM DISTÂNCIA DE 25 CM UM DO OUTRO.	metro	10200

**** A empresa contratada** deverá seguir todos os parâmetros e leis relacionadas a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, sendo de responsabilidade do empregador quanto a aquisição, fornecimento, orientação e treinamento para o uso de Equipamento do EPI procurando atender as peculiaridades de cada profissional na prestação de serviço contratado.

1.1.2 Os empregados e todos os prestadores de serviços deverão estar com os equipamentos de segurança Individual (EPI), conforme leis vigentes, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada todas as condições necessárias de trabalho para a execução da mão de obra de construção de cerca.

1.2. Natureza do Objeto

1.2.1. Os serviços objeto do presente estudo são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

II – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Analisando as alternativas disponíveis que atendam às necessidades da Administração Municipal, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para construção de cerca de arame liso com palanques de madeira, para formar o corredor no anel viário, como também dividir o limite entre a via pública e as propriedades particulares, desta forma atender as necessidades do Município de Anaurilândia – MS

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

4.1. Normativos disciplinadores:

Lei Federal nº 14.133/2021;

Decreto Municipal nº 1831/2023 – Dispensa de licitação;

Lei Complementar nº 123/2006;

Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;

Resolução TCE/MS nº 88/2018 – Manual de Peças obrigatórias;

Demais legislações correlatas.

4.2. Duração do contrato: (art. 105 da NLLC)

4.2.1 A referida contratação terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura.

4.3. DA SUSTENTABILIDADE

4.3.1 Para o fornecimento dos serviços, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, minimizar o impacto ambiental da obra, reduzindo o consumo de água e energia, evitando a geração de resíduos e realizar a destinação correta dos mesmos. Deverá também ter um bom planejamento da obra, otimizando o uso de materiais e mão de obra e reduzindo o desperdício e os impactos ambientais. Dessa forma, ter redução do impacto ambiental, com menor consumo de recursos naturais, como também menor geração de resíduos e emissão de gases de efeito estufa, otimizando o uso de materiais e mão de obra, reduzindo custos.

4.3.2. Ao implementar medidas de sustentabilidade na construção de cercas, é possível minimizar os impactos negativos da atividade no meio ambiente e na sociedade, além de gerar diversos benefícios para a empresa e a comunidade.

4.4. CONSÓRCIO

4.4.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1. Não será admitida a subcontratação para entrega do objeto contratual.

V – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Prazo e forma de entrega:

5.1.1. A entrega será feita no prazo Máximo de **90 (noventa) dias** após o recebimento da ordem de fornecimento, ou conforme cronograma de fornecimento definido entre a Administração e o Contratado, após a emissão da ordem de compra, nos locais designados pela Prefeitura Municipal de Anaurilândia – MS. As despesas com transporte/frete e entregas deverão ser suportadas pela Contratada.

5.1.2. Os objetos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações contidas no Edital, Termo de Referência e Contrato Administrativo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente.

5.1.3. A licitante contratada obriga-se a fornecer os objetos do presente Edital de acordo com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição e fornecimento de novos itens se necessários ao pleno atendimento e execução do objeto contratado

5.1.4. O gerenciamento, administração e subordinação do fornecimento decorrentes da presente licitação serão da Secretaria demandante do Município de Anaurilândia – MS.

5.1.5. Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

5.1.6. A Prefeitura Municipal de Anaurilândia - MS poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

5.1.7. O descumprimento em qualquer das condições do fornecimento do objeto sujeitará o licitante a aplicação das sanções administrativas previstas neste edital.

5.2. Local e condições de entrega:

5.2.1. Os serviços deverão ser entregues no anel viário que liga as rodovias MS 395 a MS 376, conforme mapa anexo ao processo. Não haverá pagamentos adicionais para entrega do objeto licitado, sendo o valor total para aquisição previsto na proposta de preços ofertada.

5.2.2. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional à contratante, conforme a necessidade da demanda.

5.2.3. Os Serviços objeto deste Termo serão conferidos conforme as especificações, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviço e Nota de Empenho.

5.2.4. O responsável pelo recebimento e conferência dos serviços executados será a Fiscal de Contrato, que será acompanhado pelo setor de engenharia do município.

5.2.5. Em suma, todos os serviços deverão estar em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, como também, caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento de todos equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e veículos necessários para a execução, conclusão e entrega dos serviços determinados neste documento.

5.2.6. Será de responsabilidade da Contratada, fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual – EPIs aos seus colaboradores.

5.2.7. Salienta-se que nos locais de execução dos serviços de instalação de cerca não há ponto de energia elétrica, ficando a cargo da CONTRATADA a utilização de gerador ou de equipamentos (furadeira à bateria, motosserra a gasolina etc.) que não utilizem esta fonte de energia para a execução dos trabalhos de construção da cerca

5.3 Prazo e Condições de Garantia

5.3.1. Será aplicada as disposições do CDC.

VI – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a entrega será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

VII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Condições e prazos de pagamento: (art. 141 e seguintes da NLLC)

7.1. O pagamento, decorrente da prestação dos serviços será efetuado, **de acordo com as medições** realizadas pela equipe do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Anaurilândia – MS, mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta)

dias do mês subsequente à execução do serviço, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

7.1.1. Os Serviços objeto deste Termo serão conferidos conforme as especificações, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviço e Nota de Empenho.

7.2. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.3. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.4. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

7.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.8. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

7.9. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

7.12. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.13. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

7.14. Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. . A contratação será realizada através de **Dispensa de Licitação Eletrônica**, com disputa por **menor preço proposto**, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, com aplicação de tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3. Habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.2. Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- I. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;
 - II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. ° 77, de 18 de março de 2020.
 - VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.3.2.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

8.3.2.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

8.3.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.3.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.3.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.3.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.4. O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

8.3.4.1. Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.3.4.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

8.3.5. Micro e pequenas empresas (art. 4 NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)

8.3.5.1. A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

8.3.5.2. Após a realização de pesquisa de preços, foi contatado que a presente contratação possui valor estimado abaixo do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação dos serviços objeto do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno**

Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.5.3. Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, não será aplicado o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.5.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

8.3.5.5.1. A não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

IX - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO

9.1 O Valor total estimado é de **R\$ 36.142,00 (trinta e seis mil e cento e quarenta e dois reais)**.

9.2. O detalhamento da pesquisa de preços, as memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços referenciais, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9.3. Para a aquisição pretendida, os gastos serão suportados pela seguinte dotação orçamentária: **0067-01.005.15.451.0017.2012-3390.39.00.00.00 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**

X - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

10.1.2. Receber os serviços objeto da contratação no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.2. São obrigações do **CONTRATANTE**:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), se for o caso. A comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).;

10.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XI - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO

11.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

Anaurilândia – MS, 13 de maio de 2024.

Elaborado por:

GILMAR MOREIRA DOS SANTOS

Assessor de Gestão em Compras

Aprovado por:

PAULO GONÇALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Obras, Defesa Civil, Transportes e Projetos